

***Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto/ Edição Crítica*, coord. científica Maria João Oliveira e Silva; estudo, transcrição e índices Maria João Oliveira e Silva, Joana Lencart, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa Editora, 2024, 604 p., ISBN: 9789725410059.**

No dia 14 de maio de 2024, a Catedral da Diocese do Porto foi o cenário da apresentação da edição crítica do *Censual do Cabido – Cartulário Medieval da Sé do Porto/ Edição Crítica*, coordenada por Maria João Oliveira e Silva, em colaboração com Joana Lencart. Maria João Oliveira e Silva¹ é doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, docente desde 2021 e investigadora integrada do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) e do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), com diversos estudos relevantes nas áreas da Paleografia, da Diplomática e da História da Igreja. Joana Lencart, igualmente doutorada em História pela mesma instituição, é investigadora integrada no CITCEM e desenvolve a sua investigação em torno das comunidades religiosas e da memória institucional².

Esta publicação representa um marco significativo nos Estudos Medievais em Portugal, contribuindo de forma decisiva para o aprofundamento do conhecimento histórico, demográfico, económico, social e eclesial da cidade do Porto e da sua diocese.

A conceção desta edição remonta ao projeto *A construção de uma memória regional: dinâmicas da cartularização no Entre-Douro-e-Minho (sécs. XI-XIV)*, desenvolvido entre 2014 e 2019 pelo CITCEM, da Universidade do Porto

¹ Dos diversos estudos que desenvolveu destacamos a sua dissertação de mestrado, *Scriptores et notadores: a produção documental da Sé do Porto: 1113-1247* (Porto, Fio da Palavra, 2008), e a sua tese de doutoramento, *A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média* (Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2013). Em 2015, coeditou com Filipa Lopes o *Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa – Edição crítica* (Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2015).

² Entre os seus estudos, merece especial referência a sua dissertação de mestrado, *O Costumeiro de Pombeiro: Uma comunidade Beneditina no século XIII* (Lisboa, Editora Estampa, 1997). No âmbito da sua tese de doutoramento, apresentada em 2018, realizou uma análise aprofundada sobre a construção da memória da Ordem de Cristo. Este estudo serviu de base à publicação da obra *A Ordem do Templo e a Ordem de Cristo na obra de Pedro Álvares Seco no século XVI* (Sintra, Zéfiro, 2023). Mais recentemente, em 2024, coeditou com Paula Pinto Costa e João Pedro Alves o *Cartulário da Ordem do Templo em Portugal: memória em arquivo* (Porto, CITCEM, 2024), disponível em acesso aberto e para download gratuito em PDF através do seguinte link: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/162255/2/693702.pdf>. Data do último acesso: 09/01/2025.

(p. 13). Este projeto tinha como um dos seus principais objetivos a edição crítica de três cartulários medievais portugueses, com recurso a metodologias rigorosas e atualizadas, baseadas nas mais recentes abordagens teóricas e práticas das disciplinas de Paleografia e Diplomática³. Contudo, foi no âmbito do projeto *História do Cabido da Sé do Porto*, coordenado por Luís Carlos Amaral e Adélio Fernando Abreu e sediado no CEHR da Universidade Católica Portuguesa (UCP), que a edição crítica do *Censual do Cabido da Sé do Porto* foi definitivamente concluída.

Inserida na prestigiada coleção *História Religiosa. Fontes e Subsídios* da Universidade Católica Portuguesa, esta publicação reafirma o compromisso inabalável dessa instituição de Ensino Superior com a investigação e a difusão do património histórico e religioso. A concretização deste projeto contou com o apoio do Cabido Portucalense, entidade financiadora, e assinala uma nova fase nas publicações do CEHR, agora sob a chancela da Universidade Católica Portuguesa Editora.

No prefácio da obra (p. 8), Luís Carlos Amaral recorda que, em 1924, João Grave, então Bibliotecário-Mor da Biblioteca Pública Municipal do Porto, realizou a primeira edição deste manuscrito⁴. Esta edição representou um avanço substancial no estudo do Porto medieval, particularmente em face das dificuldades de acesso ao códice na época, o que impedia uma análise mais aprofundada e detalhada do seu conteúdo (p. 9). A importância desta edição é sublinhada por A. H. de Oliveira Marques, na primeira edição do *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, que a considera uma publicação rigorosa e de grande valor para a pesquisa em História Eclesiástica, bem como nos domínios da História Económica e Demográfica⁵.

No entanto, embora tenha constituído uma inovação significativa para a sua época, por ser o primeiro cartulário de uma catedral portuguesa a ser publicado, a edição de João Grave apresentava diversas fragilidades. Entre as principais limitações, destacam-se leituras imprecisas, erros de datação (p. 9) e a ausência de instrumentos de pesquisa, como índices onomásticos

³ No âmbito deste projeto e com o auxílio da Academia das Ciências de Lisboa, foi possível publicar, em 2015, na *Nova série dos Portugaliae Monumenta Historica*, o *Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa – Edição crítica* (Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2015) e, no ano seguinte, o *Livro de Mumadona – Cartulário do Mosteiro de Guimarães – Edição crítica* (Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2016).

⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, ed. João Grave, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924.

⁵ A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1964, p. 161.

e ideográficos, essenciais para a consulta rigorosa deste tipo de obras. Além disso, a partir da década de 1960, a edição de cartulários em Portugal registou avanços significativos, tanto em termos quantitativos como qualitativos, impulsionados pelo desenvolvimento das metodologias paleográficas e diplomáticas contemporâneas. Esse progresso foi, em grande medida, atribuído à influência dos trabalhos de Avelino de Jesus da Costa, cujos critérios para a edição crítica de documentos medievais se tornaram uma referência fundamental para a historiografia portuguesa⁶. Nesse contexto, a necessidade de uma nova transcrição do *Censual do Cabido do Porto*, ajustada aos padrões metodológicos atuais, tornou-se evidente, em consonância com as reedições do *Livro Preto do Cabido da Sé de Coimbra*⁷ e do *Liber Fidei*⁸.

Na nova edição crítica, Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart apresentam uma investigação de elevado rigor científico, acompanhada de uma apresentação gráfica de qualidade superior, totalizando 604 páginas. Esta edição corresponde ao estudo e à transcrição integral do *Censual do Cabido do Porto*, um códice medieval proveniente do Cabido Portucalense, organizado internamente por dois volumes distintos: um cartulário e um censual. O manuscrito, composto por 159 fólios, foi datado criticamente entre as décadas de 1350 e 1360 (p. 16) e encontra-se preservado no Arquivo Distrital do Porto, integrando o fundo documental do Cabido da Sé do Porto, sob a cota K26/4/6 – 136.1656⁹.

Para além da indiscutível relevância histórica que sustenta esta edição crítica, a organização da obra revela uma estrutura meticulosamente planeada e cuidadosamente concebida para garantir a compreensão clara e a acessibilidade do seu conteúdo. A obra inicia-se com um prefácio, redigido por Luís Carlos Amaral (p. 7-11), que contextualiza e sublinha a importância da edição, sendo então sucedida por um estudo preliminar, estruturado em duas divisões principais. A primeira parte do estudo introdutório oferece uma contextualização

⁶ Sobre a publicação de cartulários em Portugal, veja-se Manuel Augusto Rodrigues, “Cartulários Portugueses” in José M. Fernández Catón e Aires Augusto do Nascimento (eds.), *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (estudios)*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008, p. 305-342.

⁷ *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, dir. Avelino de Jesus da Costa e Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999. Este cartulário foi publicado pela primeira vez em três volumes, entre os anos de 1977 e 1979.

⁸ *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, eds. Avelino de Jesus da Costa, José Marques e Maria Teresa Nobre Veloso, 2 volumes, Braga, Arquidiocese de Braga, 2016. Este cartulário foi objeto de uma primeira edição, em três volumes, entre 1965 e 1990.

⁹ O manuscrito encontra-se disponível para consulta online e pode ser acedido pelo seguinte link: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/viewer?id=482933>. Data do último acesso: 09/01/2025.

histórica acerca da produção do códice, onde as autoras analisam os argumentos críticos relativos à sua datação e à sua elaboração. Este processo assume particular relevância, dada a ausência de um prólogo no manuscrito, um elemento comum em muitos códices, no qual seriam habitualmente expostas informações sobre a organização interna e as motivações subjacentes à sua produção (p. 15-16). A segunda parte dedica-se a uma análise pormenorizada do códice, com especial ênfase no estudo diplomático (p. 16-19) e nas análises paleográficas e codicológicas (p. 19-22), que permitem uma compreensão profunda da materialidade e das características físicas do manuscrito.

Em seguida, a obra apresenta uma secção destinada às normas de transcrição e edição, que se fundamentam nas orientações metodológicas de Avelino de Jesus da Costa (p. 23-24). Para complementar a análise textual, foram incluídas reproduções de fólios selecionados do manuscrito (p. 25-28).

A secção principal da edição é dedicada à transcrição crítica, que se organiza em duas grandes divisões. A primeira, relativa ao cartulário, reúne documentos que abordam questões como a aquisição de propriedades, privilégios, testamentos e outros aspetos históricos e administrativos do Cabido da Sé do Porto (p. 33-371). Os documentos transcritos cobrem um período cronológico inicial que vai de 875? (p. 262) a 1342 (p. 148), tendo-lhes sido acrescentados nove documentos posteriores, datados entre os séculos XV e XVI, que foram registados em espaços em branco ou fólios adicionais. A segunda divisão refere-se ao censual, apresentando uma listagem detalhada dos mosteiros, igrejas paroquiais e capelas sujeitos ao pagamento de censos aos cônegos da Sé do Porto, durante a primeira metade do século XIV. Estes estão organizados pelos diferentes arcediagos da Diocese Portucalense, nomeadamente Terra de Santa Maria, Maia, Aguiar e Ferreira, Penafiel, Meinedo, Benviver, Gouveia e Baião (p. 372-398), proporcionando uma visão espacial sobre as estruturas eclesiásticas existentes na prelazia.

Para garantir uma compreensão completa dos diplomas transcritos, a obra é acompanhada por um aparato crítico de grande importância para a interpretação dos documentos (p. 399-489). Este aparato apresenta os sumários e fornece esclarecimentos detalhados sobre a datação dos documentos e identifica as obras nas quais estes diplomas foram previamente publicados. Sempre que possível, as autoras asseguraram um quadro de tradição documental rigoroso, destacando o documento original (se existir) e/ou outras cópias do diploma incluído no códice.

Com o intuito de facilitar a consulta e assegurar a acessibilidade da informação, a obra inclui quatro índices minuciosamente elaborados: toponímico (p. 493-521), onomástico (p. 523-556), um índice específico das

Ordens Religiosas e Religiosas e Militares (p. 557) e um índice cronológico (p. 559-591). Estes índices constituem ferramentas essenciais para localizar informações específicas de forma rápida e eficaz, destacando-se pelo seu rigor e precisão. Salienta-se também o trabalho notável das autoras na identificação da maioria das localidades, um desafio complexo, especialmente quando se trata de microtoponímia medieval.

Por fim, a edição é complementada por um anexo (p. 593-600) que contém uma lista detalhada dos mosteiros, das igrejas e das capelas mencionadas no censual. Este anexo serve como uma ferramenta adicional de consulta, permitindo ao leitor identificar a malha religiosa de cada arcediagado e correlacionar as informações de forma clara e sistemática. A obra encerra com uma secção dedicada às fontes utilizadas e à bibliografia (p. 601-604), evidenciando o rigor metodológico que permeia todo o desenvolvimento da investigação e reafirmando a minúcia e a profundidade analítica da edição crítica.

Para além de estar cuidadosamente estruturada, a obra aborda questões intrincadas, destacando-se, entre elas, como um dos aspetos mais complexos, a datação do *Censual*. Este problema resulta, principalmente, da ausência de uma data explícita no códice, agravada, como já mencionámos, pela inexistência de um prólogo que pudesse fornecer elementos sobre a sua elaboração (p. 15). Com base nas informações exaradas no manuscrito, constata-se que o cartulário foi compilado por João da Guarda, identificado como porcionário da Sé do Porto (p. 15). A investigação desenvolvida na tese de doutoramento de Maria João Oliveira e Silva documenta a presença de um João da Guarda na Diocese Portucalense, onde desempenhava as funções de abade de São Fins (Terra de Santa Maria) e surgia como testemunha em documentos datados de janeiro de 1342 e julho de 1344¹⁰. Esta cronologia alinha-se com o *terminus ad quem* dos documentos transcritos no período inicial do cartulário, permitindo situar a elaboração do códice numa data posterior a fevereiro de 1342 (p. 15-16). Todavia, há que mencionar que nos séculos XV e XVI foram acrescentados doze outros documentos, devidamente apresentados na Tabela 1 (p. 17).

As autoras, alicerçadas numa análise rigorosa, sugerem que a compilação tenha ocorrido após essa data, apontando com maior probabilidade para as décadas de 1350 e 1360, tendo em consideração o contexto histórico da época. Este período coincide com uma disputa intensa entre o bispo D. Pedro Afonso (1343-1357) e o monarca D. Afonso IV (1325-1357), um momento crucial na

¹⁰ Maria João Oliveira e Silva, *A Escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/ Porto, CITCEM, 2013, p. 184-185.

história da Diocese do Porto¹¹. A elaboração do *Censual* parece ter ocorrido durante ou logo após os litígios judiciais na cúria papal de Avinhão, entre 1350 e 1353, nos quais o prelado acusou o monarca e o concelho portuense de usurpação de prerrogativas jurisdicionais. Este contexto de tensões políticas e desafios institucionais levou à encomenda de dois manuscritos distintos, embora complementares: um cartulário e um censual (p. 16).

A análise crítica das autoras sobre a datação do códice é fundamentada em critérios históricos e diplomáticos sólidos. A interligação entre o contexto político e a cronologia dos documentos transcritos e analisados reforça a plausibilidade da datação proposta. Assim, a compilação do *Censual* emerge como uma estratégia deliberada de consolidação dos direitos e privilégios da instituição, conferindo credibilidade à interpretação cronológica apresentada.

Para além da relevância da contextualização cronológica, o presente estudo destaca-se igualmente pela rigorosa sistematização da estrutura interna do códice, que Luís Carlos Amaral qualifica como “verdadeiras descobertas” (p. 10). A análise diplomática demonstrou que o manuscrito é composto por duas secções de naturezas distintas, elaboradas de forma autónoma, mas que se encontram atualmente encadernadas em conjunto: o cartulário e o censual.

No que respeita à primeira secção do *Censual*, correspondente ao cartulário, foram transcritos 346 diplomas. Este conjunto documental organiza-se em seis partes, baseadas em critérios temáticos, complementados por uma ordenação cronológica e geográfica. Contudo, a primeira dessas partes não foi preservada ou, eventualmente, nunca chegou a ser redigida, sendo o cartulário iniciado apenas na *Secunda pars*, conforme ilustrado na Tabela 1 da edição crítica (p. 17). A ausência desta primeira parte impossibilita a determinação precisa da sua existência, embora, caso realmente tenha existido, seja plausível que tenha incluído diplomas régios (p. 17). Tal hipótese, proposta inicialmente por João Pedro Ribeiro¹², revela-se verosímil, uma vez que poderia justificar a omissão de documentos régios de considerável importância, como a carta de confirmação e ampliação do couto concedido por D. Teresa à Sé do Porto, posteriormente ratificada por D. Afonso Henriques¹³, além de outros diplomas

¹¹ Sobre esta contenda entre a Diocese do Porto e D. Afonso IV, veja-se *ibidem*, p. 184-187.

¹² João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a história e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1836, Tomo V, Dissertação XIX, p. 3.

¹³ *Documentos Medievais Portugueses*, org. Rui de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, vol. 1, “Documentos Régios”, 1940, t. 1, doc. 165, p. 201.

emitidos por D. Sancho I, que reafirmavam a autoridade do prelado da cidade do Porto como legítimo senhor da urbe¹⁴.

A *Secunda pars* reúne 37 documentos, predominantemente pontifícios, datados de 1099 a 1268, abordando questões relacionadas com os limites diocesanos, a jurisdição eclesiástica e a organização interna da Sé. A *Tertia pars* contém mais de duzentos documentos, centrados no exercício dos direitos de padroado sobre as igrejas de Maia, Gondomar, Sousa, Benviver, Baião, Penaguião e da Terra de Santa Maria. A *Quarta pars: De Conposicionibus* agrega 25 documentos, tratando de composições e pactos relativos aos direitos e bens eclesiásticos, entre os quais se destacam os dois mais antigos do cartulário, datados de 875(?) e 1059, ambos associados ao Mosteiro de São Martinho de Soalhães. Segue-se a *Quinta pars: De Testamentis et Capellis*, constituída por 17 instrumentos, como testamentos e doações, iniciando-se com uma lista dos aniversários dos primeiros bispos do Porto. Por fim, a *Sexta pars* aborda a divisão de rendas e patrimónios entre os prelados e o Cabido Portucalense, a extinção de arcediagados e a reorganização dos rendimentos da mesa cabidial (p. 17-18).

Ao abordar a materialidade do manuscrito, as autoras apresentam uma descrição pormenorizada que abrange tanto a constituição física do códice quanto a sua funcionalidade. A análise paleográfica indica que o cartulário e o censual foram redigidos na segunda metade do século XIV, utilizando a tipologia gráfica de gótica *cursiva textualis*, embora outros modelos gráficos também sejam observados nos documentos incorporados posteriormente. Ainda que não seja possível garantir que os dois manuscritos tenham sido redigidos por um único copista, a investigação confirma que não há mudança de mão em cada uma das secções. Todavia, outros modelos gráficos estão presentes no *Censual*, particularmente no cartulário, em virtude dos diplomas que foram acrescentados posteriormente (p. 19-20).

Por sua vez, a análise codicológica oferece uma visão detalhada sobre as características materiais do códice. São examinados aspetos como a qualidade do suporte de escrita, a estrutura do manuscrito – composto por 19 cadernos de bifólios de número variável – e os sistemas de foliação, reclamos, empaginação e regragem. Adicionalmente, destacam-se as notas marginais e as rúbricas em tinta vermelha, que antecedem a maior parte dos documentos e que foram estrategicamente incluídas para facilitar a consulta e organizar internamente o conteúdo. Um elemento particularmente notável é a organização da secção

¹⁴ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, docs. 206, 207, 208 e, particularmente, o documento 209, p. 313-316.

dedicada ao censual, onde se evidenciam caldeirões, usados na listagem das igrejas e dos mosteiros, assim como sublinhados e chavetas que interligam informações correlacionadas, revelando uma estruturação funcional e rigorosamente planeada (p. 20-21).

No que diz respeito à ornamentação, as autoras estabelecem uma clara distinção entre os elementos principais e os secundários. A ornamentação principal é composta por iniciais caligráficas vermelhas, presentes em grande parte dos fólhos, enquanto os elementos secundários incluem títulos correntes e reclamos, decorados com tinta castanha e destacados por tinta vermelha. A utilização intencional desses elementos cromáticos e decorativos revela uma preocupação com a hierarquização dos conteúdos textuais, conferindo ao códice uma dimensão estética que ultrapassa a sua mera funcionalidade (p. 20).

Por fim, as análises paleográfica e codicológica revelam a presença de fólhos de guarda, contendo fragmentos de notação musical de um breviário do século XII. Estes elementos, além de confirmarem a reutilização de materiais, enriquecem o valor histórico e patrimonial do manuscrito. O estudo culmina com uma análise detalhada do sistema de encadernação, designado como restaurado, salientando as suas características técnicas e materiais, fundamentais para a preservação e conservação do códice (p. 21-22).

Face ao exposto, o trabalho apresentado pelas autoras nesta edição crítica do *Censual do Cabido do Porto* distingue-se pelo elevado rigor científico e pela competência metodológica. Contudo, como é próprio de qualquer obra humana, existem algumas questões pontuais e lapsos que não comprometem o mérito nem a excelência da análise realizada. O empenho e a precisão com que as autoras conduziram a edição e a interpretação do códice são inquestionáveis, e quaisquer pequenas falhas não embaçam, de modo algum, o valor significativo desta contribuição para a historiografia portuguesa.

No decorrer do estudo diplomático, as autoras observam que

Da análise desta tabela (Tabela 1) se verifica que o cartulário começa pela *pars secunda*, faltando a primeira parte. É impossível saber se esta parte desapareceu ou se nunca se chegou a elaborar, mas, pelos dados recolhidos, acreditamos que não chegou a existir. Incluiria, muito provavelmente, documentação oriunda da chancelaria régia (p. 17).

Embora esta constatação seja de inegável interesse e relevância para a compreensão do códice, seria desejável um suporte argumentativo mais sólido para a conclusão de que o primeiro caderno não teria existido, nomeadamente através da explicitação dos “dados recolhidos” a que se alude.

Uma outra questão diz respeito às normas de transcrição e à apresentação do texto. As autoras optaram por publicar, em primeiro lugar, a transcrição paleográfica integral do códice, seguida, em secção distinta, dos sumários e aparato crítico do acervo documental. Esta escolha editorial não compromete a qualidade da consulta por parte do leitor, sendo a organização do conteúdo clara e acessível. No entanto, tendo em conta a tradição de publicação de cartulários na historiografia portuguesa, particularmente à luz das normas estabelecidas por Avelino de Jesus da Costa, parece-nos que uma breve explicação sobre esta opção metodológica seria pertinente, ajudando a situar a edição no contexto historiográfico e proporcionando uma maior clareza aos leitores. É importante salientar que uma abordagem idêntica foi adotada na publicação do cartulário do Mosteiro de Guimarães (*Livro de Mumadona*), onde foram apresentados argumentos consistentes para fundamentar essa decisão¹⁵. Esta explicitação metodológica contribuiu para esclarecer a escolha editorial, e acreditamos que um procedimento semelhante poderia ter sido igualmente vantajoso nesta edição crítica do *Censual*.

Uma última questão refere-se ao documento 288. De acordo com as autoras, na descrição das várias partes constituintes do cartulário, é mencionada a doação do presbítero *Santom* ao Mosteiro de São Martinho de Soalhães, datada de 875 (p. 18). Ao consultarmos a transcrição desse mesmo documento, verificamos que a data apresentada é D CCCC.ⁱⁱ X.^a III.^a (p. 262). No aparato crítico desse diploma (p. 473), a datação é indicada como 875?, uma referência que também surge no índice cronológico (p. 559). Dado que não há qualquer menção ou nota explicativa que justifique as incertezas relativas à datação, somos levados a inferir que a dúvida pode estar relacionada com a interpretação do valor do X. De facto, ao analisar o diploma, concluímos que o X pode ser interpretado como um X aspado (= XL). Caso esta dúvida tenha sido a origem da incerteza por parte das autoras, consideramos que tal questão devia ter sido devidamente explicada no aparato crítico. Além disso, na transcrição, seria adequado inserir o sinal de interrogação, de modo a refletir com precisão a incerteza quanto à datação.

Resta-nos assinalar algumas gralhas verificadas no aparato crítico e na bibliografia final. Diversos diplomas presentes no *Censual* são indicados como tendo sido publicados na obra *A Terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*. No entanto, para os diplomas 189, 195, 233 e

¹⁵ *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque. Diplomata et Chartae*, vol. VII, “Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães”, ed. crítica e coord. Luís Carlos Amaral, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2016, p. XIV-XV.

235 falta essa indicação¹⁶. Para além disso, os documentos 12 e 295, ambos pontifícios, foram publicados, respetivamente, por Maria Teresa Nobre Veloso¹⁷ e Demetrio Mansilla¹⁸.

No aparato crítico dos documentos 79 (p. 419-420) e 237 (p. 459), deveria constar o registo de chancelaria de D. Dinis como cópia [B]¹⁹. As autoras sabiam da existência destas cópias, visto que em ambos os documentos é mencionada a publicação destes diplomas na edição da *Chancelaria de D. Dinis* por Rosa Marreiros.

O original do documento 259 chegou até aos nossos dias. No entanto, o mesmo foi registado na chancelaria de D. Dinis. Assim sendo, além de ser necessário fazer menção a essa cópia, seria relevante acrescentar a publicação do registo na edição da *Chancelaria de D. Dinis* por Rosa Marreiros²⁰.

Relativamente ao índice cronológico, o único lapso detetado refere-se à página 563, pois o diploma datado de 30 de julho de 1207, que consiste na bula *Ex parte venerabilis* de Inocêncio III, não é o documento 321, conforme está assinalado, mas sim o documento 320. Por sua vez, o documento 321, que deveria integrar a página 570, não surge no índice cronológico.

No que diz respeito às Fontes e Bibliografia, os únicos reparos a indicar referem-se às fontes manuscritas. Deveria constar o *Livro 3* de registos da Chancelaria de D. Dinis, faltando também a indicação do fundo monástico de São Salvador de Moreira, mç. 9, que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que é mencionado no aparato crítico do documento 187 do *Censual*. Dos *Livros Originais* provenientes do Cartório do Cabido do Porto, preservados no Arquivo Distrital do Porto, falta acrescentar o n.º 1662(4), mencionado no documento 217 do aparato crítico.

É fundamental destacar que os reparos apresentados, longe de diminuir o valor da obra de Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart, visam unicamente aprimorar a clareza e a precisão da edição crítica, abordando pequenos lapsos ou

¹⁶ Amélia Aguiar Andrade; Luís Krus; José Mattoso, *A Terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo, 1993, docs. 10, 11, 75 e 108, p. 111-115, 226 e 278-279, que correspondem aos documentos 235, 233, 189 e 195 do *Censual*, respetivamente.

¹⁷ Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II: relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 40-41, nota 84.

¹⁸ Demetrio Mansilla, *La documentación pontificia hasta Inocencio III (965-1216)*, Roma, Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955, doc. 37, p. 31-32.

¹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 11v e 17, que correspondem aos documentos 259 e 79 do *Censual*, respetivamente.

²⁰ *Ibidem*, fls. 30v-31. Publicado em *Chancelaria de D. Dinis: Livro III*, ed. Rosa Marreiros, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 1, doc. 182, p. 287-288.

omissões que são comuns em qualquer trabalho académico, por mais cuidados que se tenham. O nosso principal objetivo é, antes de tudo, reconhecer, de forma inequívoca, o valioso contributo das autoras para a historiografia portuguesa. Caso as autoras assim o entendam, as sugestões que oferecemos podem ser proveitosas para uma possível reedição ou para quando a obra for disponibilizada em acesso aberto, como é habitual nas publicações da coleção *História Religiosa. Fontes e Subsídios* da Universidade Católica Portuguesa. Tais ajustes não comprometem de modo algum a relevância do trabalho, mas antes servem para aprimorar ainda mais uma obra de indiscutível qualidade e rigor.

O *Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto/ Edição Crítica*, com o seu meticoloso processo de análise e organização, representa uma contribuição relevante para a historiografia portuguesa, refletindo o compromisso das autoras com a preservação e a interpretação crítica das fontes históricas. Além disso, presta uma justa homenagem à tradição paleográfica e diplomática da Universidade do Porto, que tem vindo a destacar-se, ao longo do século XXI, pela excelência e pelo rigor na publicação de fontes medievais.

A obra de Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart consolida-se como um contributo indispensável para o progresso dos estudos históricos em Portugal, espelhando a excelência, o rigor científico e a dedicação exemplar das autoras no tratamento das fontes que sustentam e enriquecem a nossa compreensão do passado. Recordá-nos, ainda, de forma eloquente, que o conhecimento histórico é sempre mediado por essas fontes, cuja interpretação cuidadosa ilumina os caminhos da memória e da ciência histórica.

Rui Pedro Neves

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

rprn51@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5767-1583>

